Prezado(a) candidato(a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº de Inscrição	Nome

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – QUESTÕES DISCURSIVAS
Direito Penal e Processual Penal

QUESTÃO 01

No dia 5 de março do corrente, foi encontrado um cadáver na linha limítrofe entre as cidades de Betim e Contagem. Foi instaurado o inquérito policial inicialmente na cidade de Betim e, posteriormente, outro na de Contagem. Descoberta a autoria do fato, foram concluídas as investigações apontando que os disparos contra a vítima foram efetuados próximo ao centro comercial de Betim e que a vítima foi socorrida e levada até o HPS de Contagem, falecendo ao dar entrada naquele nosocômio. Posteriormente os autos foram enviados à Justiça.

Pergunta-se: Qual o juízo competente, sabendo-se que o primeiro inquérito policial foi instaurado na cidade de Betim e despachado pelo juiz daquela cidade? Explique e fundamente a sua resposta.

QUESTÃO 02

Um defensor público substituto em exercício perante uma vara de família no interior do Estado, em contestação apresentada em processo de investigação de paternidade, imputa à genitora do investigante a prática de atos sexuais com diversos homens, afirmando ainda que aquela se dedicava habitualmente à prostituição.

Sentindo-se difamada e injuriada com as alegações do defensor, a mãe do investigante oferece queixa-crime contra o mesmo, que é distribuída ao juízo da vara criminal comum daquela cidade, ao entendimento de que aquela causa é de maior complexidade, fugindo, portanto, da competência do juizado especial.

Citado, o querelado sustenta, em sua defesa preliminar, não ser possível a existência e a continuidade do processo por lhe faltar um dos pressupostos de constituição e desenvolvimento regular do feito.

O magistrado responsável pelo julgamento indefere o pedido formulado na defesa preliminar, dizendo que deixa para apreciar todas as questões de fato e de direito por ocasião da sentença final.

Elabore a peça processual cabível contra a decisão do magistrado, apontando todos os argumentos jurídicos para a modificação da decisão hostilizada.